

PREGÃO N.º 42/2021

DECISÃO DO PREGOEIRO.

PROCESSO SEI Nº - 0141079-78.2020.6.05.8000,

UNIDADE DEMANDANTE: SGA-COMAP-SEMAC

ASSUNTO: Análise da IMPUGNAÇÃO ao Edital interposta pela empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA, CNPJ: 90.347.840/0010-09, cujo objeto é contratação de serviço de manutenção de elevadores para transporte vertical de passageiros, existentes nos Anexos II e III que integram o Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, com fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços urgentes, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

RELATÓRIO

O Edital do Pregão n.º42/2021, cujo objeto é contratação de serviço de manutenção de elevadores para transporte vertical de passageiros, existentes nos Anexos II e III que integram o Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, com fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços urgentes, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

Em 02 de dezembro de 2021, a empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA, CNPJ: 90.347.840/0010-09, apresentou Impugnação ao Edital do Pregão n.º 42/2021, doc. SEI Nº1791222, insurgindo-se contra DA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP NO CERTAME. O edital reserva exclusivamente o certame para microempresas e empresas de pequeno porte, como mostra a redação que se colaciona: **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO - 13.** Esta licitação será exclusiva à participação de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).

I – DAS PRELIMINARES

Impugnação aos termos do Edital interposta pela empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA, CNPJ: 90.347.840/0010-09, em 02 de dezembro de 2021, por meio do seu representante legal, através dos meios regularmente previstos, devidamente qualificada na peça inicial, em face das exigências constantes no Edital do processo em epígrafe, com fundamento da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto 10.024/2019, subsidiado pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores

Conforme a legislação pertinente e na forma dos itens 20.1, 20.3 e 20.4 e 20.5 do Edital, considerada a impugnação TEMPESTIVA, e por ser legal, examinei o mérito, o que importa em conhecê-la e, nos termos da condição 20.5. do edital, manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão, bem como publicá-la no site do Comprasnet.

II – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em apertada síntese, a empresa IMPUGNANTE em tela apresenta contestação alegando o que se segue:

Diante disso, a TK ELEVADORES BRASIL LTDA, ora Impugnante, se encontra impedida de participar da Licitação do Pregão Eletrônico ora em comento, pelo o fato do não enquadramento como ME/EPP.

Destaca-se que o objeto da licitação em referência corresponde a segmento do mercado em que as marcas tradicionais, em sua maioria, não são microempresas ou empresas de pequeno porte. Destarte, as mesmas são somente revendedoras de produtos diversos, adquirindo os mesmos das grandes empresas e agregando custos diversos, tributos, transportes e lucros, durante toda a cadeia comercial até a finalização da venda, desencadeando a onerosidade excessiva.

Em sua resignação, o impunante alegou ainda que: “Nesse contexto, a manutenção da exclusividade de participação de ME/EPP pode levar até mesmo à frustração do certame, tendo em vista que se corre o risco de não conseguir fornecer as peças necessárias ao melhor funcionamento e prolongamento da vida útil dos equipamentos pelo preço estimado de referência.

Em complemento, ressalta a empresa impugnante: “Insta mencionar que a restrição à participação de outras empresas, prevista na Lei Complementar n. 123/2006, não é absoluta, sendo determinado à Administração Pública que deixe de aplicar o mesmo **caso isso importe em prejuízo à esfera pública**, nos seguintes termos:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

.Nesse sentido, continua o impugnante em sua argumentação:

Unissono à Lei Complementar n. 123/2006, os dispositivos legais do Decreto n. 8.538/2015, regulamentador do *tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal*, os quais foram transcritos abaixo, para melhor entendimento:

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais

Por derradeiro, cita ainda que

“Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte **não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;**

Depreende-se do que explanado que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, todavia, não deseja impor a sua presença elevando a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Imprescindível, portanto, sopesar os princípios pertinentes ao presente certame e tão caros às licitações, como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a perfectibilização do comando legal vislumbrado no artigo 3º da Lei n. 8.666/93, que visa à escolha da “proposta mais vantajosa para a Administração”.

Assim, arremata, em conclusão, o impugnante em comento:” Assim sendo, deve ser **eliminada do edital a condição de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte**, tendo em vista que tal exigência viola os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e legalidade, pois acarretará a contratação do objeto licitado com empresa que não poderá, conforme demonstrado, oferecer a *proposta mais vantajosa* à Administração Pública.

Ao final, requer:

Que seja **eliminada do edital a condição de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte**, tendo em vista que tal exigência viola os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e legalidade, pois acarretará a contratação do objeto licitado com empresa que não poderá, conforme demonstrado, oferecer a *proposta mais vantajosa* à Administração Pública.

É o relatório.

III-DO DIREITO

Uma vez não configuradas as situações excludentes acima transcritas pela impugnante, constantes nos incisos I a IV do artigo 49, da LC 123/06, cabe à Administração avaliar, a cada contratação, como se efetivará o cumprimento aos ditames insculpidos no artigo 48 do Estatuto das ME/EPP, notadamente aqueles de caráter compulsório, a seguir reproduzidos:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (grifo nosso)

Conforme se observa no comparativo entre a redação original e o novo texto, com a substituição do vocábulo 'poderá' por 'deverá' (caput) e a determinação para uso da legislação federal na ausência de regramento local (parágrafo único), benefícios que antes dependiam de regulamentação específica passaram a ser de aplicação imediata, impactando direta e imediatamente no dia a dia dos agentes públicos incumbidos de colocar em prática tais comandos legais. (grifos nossos)

IV – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Cumpre dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeitas harmonia e consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade, como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios.

Analisando as alegações da empresa **TK ELEVADORES BRASIL LTDA**, passamos ao mérito do julgamento.

Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, JULGO IMPROCEDENTES as alegações apresentadas pelas razões que se seguem.

No que tange ao pedido formulado pela empresa impugnante, in casu que seja **eliminada do edital a condição de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, pelos motivos acima esposados,** entendemos serem impertentes o pedido e a fundamentação alegada, pelos motivos que se seguem:

Com fulcro AINDA no quanto contido no Relatório SEAQUI, documento SEI nº1410528, no qual é claramente demonstrada a existência de microempresas do segmento com sede no Estado da Bahia, corroborado com o quanto constante no Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, constante no SICAF-Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, anexado pela SEAQUI, documento SEI nº1410521- resta sobejamente comprovada a existência de diversas empresas que atuam nesse segmento aqui no estado da Bahia, razão essa o suficiente para espantar a alegação da empresa impugnante.

V – DA DECISÃO

Por força dos princípios basilares da legalidade e eficiência, não pode esta Autarquia deixar de agir em conformidade com as normas aplicáveis ao objeto desta licitação.

Diante do quanto acima exposto, INDEFIRO a Impugnação, julgando improcedentes as alegações da empresa impugnante.

Salvador (BA), 07 de dezembro de 2021.

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro do TRE-BA

À ASSESD, para ciência e deliberação.

Salvador (BA), 09 de junho de 2021.